



AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO: DA TRANSIÇÃO POLÍTICA AUTORITÁRIA ATÉ A NOVA ORDEM MUNDIAL

Jefferson Bissat Amim¹

Kelen Gleysse Maia Andrade²

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise crítica das transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil no período compreendido entre os anos de 1930 e 2023, com abordagem nos processos estruturais e conjunturais que marcaram a evolução histórica do país. Inicialmente, abordamos a Revolução de 1930 e a Era Vargas, evidenciando os impactos das reformas centralizadoras e do desenvolvimento industrial sobre a configuração político-social brasileira. Em seguida, analisa o golpe militar de 1964, a repressão intensificada pelo draconiano Ato Institucional Número Cinco (AI-5) e os efeitos do chamado "milagre econômico". A discussão avançou sobre o processo de redemocratização na década de 1980, as políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 1990 e a inserção do Brasil no contexto global do pós-Guerra Fria. Fundamentado em uma revisão bibliográfica do período de 1930 a 2024, o estudo contextualiza eventos históricos interpretando suas consequências, em uma perspectiva crítica das continuidades e rupturas que estruturaram o Brasil contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado brasileiro. Transformações históricas. Desenvolvimento. Autoritarismo. Neoliberalismo.

THE TRANSFORMATIONS OF THE BRAZILIAN STATE: FROM THE AUTHORITARIAN POLITICAL TRANSITION TO THE NEW WORLD ORDER

ABSTRACT

The present article conducts a critical analysis of the political, social, and economic transformations that occurred in Brazil between 1930 and 2023, focusing on the structural and conjunctural processes that shaped the country's historical evolution. Initially, it examines the Revolution of 1930 and the Vargas Era, highlighting the impacts of centralizing reforms and industrial development on Brazil's socio-political configuration. Next, it analyzes the 1964 military coup, the intensified repression under the draconian Institutional Act Number Five (AI-5), and the effects of the so-called "economic miracle." The discussion advances to the democratization process in the 1980s, the neoliberal policies implemented from the 1990s onward, and Brazil's integration into the global context of the post-Cold War era. Based on a bibliographic review covering the period from 1930 to

¹Doutorando em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Licenciando em História pela Universidade Federal do Acre. E-mail: amim.jefferson@gmail.com.

²Doutoranda em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). E-mail: kellen.dantas@ifac.edu.br.

2024, the study contextualizes historical events, interpreting their consequences through a critical perspective on the continuities and ruptures that have structured contemporary Brazil.

KEYWORDS: Brazilian State. Historical Transformations. Development. Authoritarianism. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

A Revolução de 1930 é amplamente reconhecida como um dos eventos mais significativos da história brasileira. Esse marco resultou na deposição do presidente Washington Luís e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciando profundas transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil. A partir desse ponto, o país passou por um período de modernização e centralização administrativa que moldou seu futuro. Vargas, com sua habilidade política e visão de desenvolvimento, implementou uma série de reformas que transformaram o cenário brasileiro, promovendo a industrialização e criando uma nova ordem política e social.

O objetivo deste artigo é analisar de forma crítica, os principais eventos e processos que caracterizaram a trajetória política e econômica do Brasil ao longo do século XX até os dias atuais. O trabalho inicia com a Era Vargas, um período marcado por políticas de centralização do poder e desenvolvimento econômico. Em seguida, aborda o golpe militar de 1964, que instaurou um regime autoritário e repressivo, e a conjuntura de 1968, quando a repressão política se intensificou com a promulgação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5). Além disso, discutiremos o período do "milagre brasileiro", caracterizado por um rápido crescimento econômico impulsionado por investimentos estatais e estrangeiros. A transição para a democracia na década de 1980, que culminou na eleição direta de um presidente civil em 1989, também será explorada. Finalmente, examinaremos a posição do Brasil na nova ordem mundial pós-Guerra Fria, destacando as políticas externas e internas adotadas para integrar-se ao mercado global e aumentar sua competitividade e influência internacional.

Compreender essas transições políticas e econômicas é fundamental para analisar as atuais superestruturas e caminhos percorridos pelo Estado brasileiro. O presente estudo é relevante para historiadores, cientistas políticos, economistas e demais interessados na evolução política do país. Ao revisitar os eventos históricos e examinar suas implicações e legados, o presente trabalho oferece uma crítica que contribui para o entendimento das estruturas e políticas atuais do Brasil.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental através de obras literárias consagradas e amplamente difundidas sobre a temática. Analisamos a

literatura para obter uma compreensão aprofundada e crítica dos eventos e políticas abordadas. A revisão bibliográfica nos permitiu contextualizar os eventos históricos e interpretar suas consequências de maneira fundamentada e detalhada.

Com este enfoque, o artigo pretende não apenas narrar os eventos históricos, mas também explorar as complexas e delicadas interações entre os diversos atores e forças que moldaram a trajetória do Brasil. Através de uma análise crítica e detalhada, buscamos oferecer uma contribuição significativa para o estudo da história política e econômica do Brasil, proporcionando possibilidade de diferentes visões e espectros sobre as dinâmicas que continuam a influenciar o desenvolvimento do país na contemporaneidade. A investigação das políticas de Vargas, as estratégias do regime militar, os movimentos de resistência, as transformações econômicas e os processos de democratização, além da ascensão da agenda neoliberal são explorados para elucidar as continuidades e rupturas que caracterizaram o percurso do Brasil ao longo do século XX até os dias atuais. Desta forma, este estudo contribui para uma compreensão mais profunda e nuançada das forças que moldaram o Brasil moderno e das implicações dessas forças para o futuro do país.

TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO ESTADO BRASILEIRO

A Revolução de 1930 e a subsequente Era Vargas (1930-1945) representam um período de transformações profundas e estruturais no Brasil, marcadas por uma série de reformas institucionais e políticas que buscavam modernizar o Estado brasileiro e consolidar uma nova ordem econômica e social. Quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, iniciou um processo de centralização do poder com o objetivo principal de construir um Estado forte e interventor, capaz de direcionar o desenvolvimento nacional em um tempo de intensas mudanças globais e internas.

A redefinição do Estado brasileiro durante a Era Vargas envolveu medidas que fortaleceram o poder executivo e promoveram a centralização administrativa. Vargas, com seu discurso nacionalista e apelo ao sentimento de unidade nacional, implementou políticas para modernizar a economia e reorganizar as instituições políticas. Essa centralização administrativa foi fundamental para reduzir a fragmentação política que marcava a Primeira República, permitindo ao governo federal exercer um controle mais eficaz sobre os estados e municípios, harmonizando as políticas públicas e promovendo uma agenda de desenvolvimento nacional.

Dentro desse contexto, o populismo emergiu como uma característica central da Era Vargas. As políticas populistas de Vargas eram destinadas a conquistar o apoio das massas trabalhadoras urbanas e rurais, garantindo a lealdade de amplos setores da população. Vargas estabeleceu uma série

de benefícios sociais e trabalhistas, como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que regulamentou as relações de trabalho e assegurou direitos aos trabalhadores. Essas políticas não apenas consolidaram o apoio popular ao regime, mas também serviram como instrumento de controle social e político, fortalecendo o poder do Estado sobre os movimentos sindicais e trabalhadores vindo a ser incorporadas pela Constituição de 1946:

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais obtidas desde a década de 1930, mas repôs a exigência da democracia e do exercício dos direitos políticos como condições incontornáveis para a vida pública brasileira. Seu texto previa uma rotina democrática para as instituições republicanas, com eleições diretas para os postos de governo no âmbito do Executivo e do Legislativo e nas três esferas da federação — União, estados e municípios. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 329).

No entanto, é essencial adotar uma visão crítica ao analisar essas políticas populistas. Embora tenham promovido avanços significativos nas condições de trabalho e na proteção social, elas também consolidaram uma relação de dependência entre o Estado e os trabalhadores, limitando a autonomia dos movimentos sindicais. Vargas utilizou essas políticas para construir uma base de apoio político, mas também para minar as capacidades de organização e resistência independente dos trabalhadores. Esse paternalismo estatal, embora benéfico em alguns aspectos, também pode ser visto como uma estratégia para manter o controle social e evitar desafios ao regime.

Paralelamente ao populismo, o desenvolvimentismo foi outra marca distintiva da Era Vargas. Essa política econômica, conforme Furtado (2000), fundamentava-se na intervenção ativa do Estado como promotor da industrialização e da superação do subdesenvolvimento. Para Furtado, a industrialização liderada pelo Estado era a via principal para romper com o ciclo de dependência externa e desigualdade econômica. O governo de Vargas incentivou a criação de indústrias de base e de infraestrutura, estabelecendo as bases para a modernização econômica do país.

A criação de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Petrobras, foram exemplos concretos dessa política desenvolvimentista (FURTADO, 2000). A intervenção estatal na economia foi vista como essencial para superar as limitações do setor privado e para promover um desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentado:

A proposta estava no centro do seu plano de governo, a demanda por petróleo e derivados ocupava o primeiro lugar na pauta dos produtos importados, e parecia evidente a inconveniência de o país continuar a depender dessa importação. (Schwarcz, 2015, p. 334).

No entanto, essa visão desenvolvimentista também merece uma análise crítica. Embora tenha impulsionado a industrialização e o crescimento econômico, o modelo adotado por Vargas focou-se principalmente em grandes empreendimentos e na indústria de base, muitas vezes negligenciando

outros setores da economia e as necessidades das populações rurais que migraram para as áreas urbanas agravando os problemas sociais das cidades (FURTADO, 2000). A concentração de investimentos em grandes projetos estatais criou disparidades regionais e setoriais, que perduraram e se agravaram em décadas subsequentes. Além disso, a forte intervenção estatal na economia limitou a iniciativa privada e a concorrência, criando um ambiente econômico onde a eficiência e a inovação nem sempre foram prioridades:

A maior e mais importante de todas as alterações é a inversão da relação campo/cidade, onde a população rural, em 1950, representava 64% da população total e a população urbana 36%, passando, em 1980, a primeira para 33% e a segunda para 67% da população total (Silva, 2016, p. 529).

A Era Vargas, portanto, não foi apenas um período de mudanças políticas, mas também de profundas transformações econômicas e sociais. A redefinição do Estado brasileiro envolveu a superestruturação do poder executivo, políticas populistas voltadas para a integração das massas trabalhadoras ao projeto nacional e uma política econômica que visava a industrialização e a modernização do país. Esses elementos combinados contribuíram para moldar o Brasil moderno, estabelecendo as bases para as dinâmicas políticas e econômicas que viriam a se desenvolver nas décadas subsequentes.

Para Furtado (2000), a análise crítica das estratégias centralizadoras, populistas e desenvolvimentistas de Vargas revela tanto os avanços quanto as limitações de seu governo, fornecendo uma perspectiva mais completa sobre as forças que continuam a influenciar o desenvolvimento do país na contemporaneidade. A abordagem paternalista do populismo e as disparidades geradas pelo desenvolvimentismo estatal são legados que ainda ressoam na política e na economia brasileira, exigindo uma reflexão contínua sobre as melhores estratégias para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Uma visão progressista, ao revisitar a Era Vargas, deve reconhecer a importância das reformas sociais e trabalhistas que melhoraram significativamente a vida dos trabalhadores brasileiros, mas também deve criticar a maneira como essas reformas foram utilizadas para consolidar um regime autoritário, controlador e limitar a autonomia dos movimentos sociais. O controle estatal sobre os sindicatos e a repressão de qualquer oposição política eram práticas que iam de encontro aos ideais democráticos, criando um ambiente de controle que sufocava a dissidência.

No período entre 1950 e 1980, ocorre o mais intenso processo de modernização pelo qual o país passou, alterando em profundidade a fisionomia social, econômica e política do Brasil. Transformações aceleradas verificam-se em todos os setores da

vida brasileira, com alterações estruturais importantes e definitivos (Silva, 2016, p. 528).

No campo econômico, a política de Vargas, enquanto promovia a industrialização e o crescimento, também ignorava a necessidade de uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico. As regiões mais pobres do país e as populações marginalizadas frequentemente não viam os frutos dessa política. A falta de uma política agrária robusta, por exemplo, perpetuou a concentração de terras e a desigualdade rural, questões que continuam a ser desafios significativos para o Brasil moderno.

O Brasil do fim da década de 1940 e da década de 1950 encontrava-se em meio a uma explosão populacional, sendo também um país com grandes desequilíbrios regionais, grandes movimentos de população entre regiões e enormes desigualdades sociais (Skidmore, 2003, p. 180).

Portanto, uma análise crítica progressista da Era Vargas deve buscar um equilíbrio entre o reconhecimento dos avanços sociais e econômicos e a crítica das estratégias autoritárias e das limitações das políticas de desenvolvimento.

Durante o declínio do poder e o seu desgaste político Vargas decidiu pôr fim à própria vida deixando uma carta-testamento.

A reação pública ao suicídio de Getúlio Vargas roubou de seus adversários seu longamente esperado triunfo, uma vez que não podiam levar adiante seus planos para derrubar o governo. Uma eleição presidencial foi marcada para 1955. Até lá, o governo federal foi dirigido por regimes provisórios (chefiados pelos presidentes Café Filho e Nereu Ramos), que careciam de autoridade para fazer mudanças significativas, mesmo considerando-se que a inflação continuava a crescer e o déficit do balanço de pagamentos não melhorava (Skidmore, 2003, p. 186).

A era Vargas foi fundamental para a construção do Brasil moderno, mas os métodos autoritários, controladores e as consequências dessas políticas devem ser continuamente avaliados para entender melhor as dinâmicas de poder e desenvolvimento que ainda moldam o país. Assim, a reflexão sobre esse período pode contribuir para a formulação de políticas mais inclusivas e democráticas no presente e no futuro.

O ano de 1968 foi um ponto de inflexão na história política e social do Brasil, caracterizado por uma efervescência de movimentos de resistência e protestos estudantis que desafiaram o regime militar instaurado em 1964. A conjuntura de 1968, parte de um contexto global de contestação e revolta, foi marcada por uma série de manifestações que culminaram na promulgação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), um dos momentos mais repressivos da ditadura militar brasileira.

Os protestos estudantis de 1968 foram impulsionados por uma juventude insatisfeita com a repressão política, a falta de liberdades civis e as desigualdades sociais. Inspirados pelas revoltas

estudantis na França, nos Estados Unidos e em outros países, os estudantes brasileiros organizaram passeatas, ocupações de universidades e greves, desafiando abertamente o regime militar. Essas manifestações não apenas refletiam a insatisfação com a política educacional e a repressão nas universidades, mas também expressavam um desejo mais amplo por democracia e justiça social.

Os eventos dramáticos de 1968 são conhecidos, por isso basta listar os de maior impacto. Desde 1967 era perceptível o maior ativismo de oposição nos movimentos sociais, nas manifestações de rua e na atuação dos políticos tradicionais, tanto no MDB como na Frente Ampla. Mas em 1968 a temperatura política subiu a níveis bem mais graves, inclusive porque se intensificaram as ações terroristas, de esquerda e de direita. O ano começou com várias marchas estudantis, sendo que em uma delas foi assassinado o jovem Edson Luís (28 de março de 1968), que se tornou símbolo a inspirar mais protestos liderados por universitários. No calendário desses protestos de rua destacam-se os meses de abril e junho, em que ocorreram episódios extremamente violentos, resultando em muitas mortes (Motta, 2018, p. 200).

A resposta do regime militar foi rápida e brutal. A repressão aos protestos estudantis foi violenta, com a polícia e as forças de segurança usando força excessiva para dispersar as manifestações e prender os líderes estudantis. A tensão crescente entre o governo e os movimentos de resistência atingiu seu ápice em dezembro de 1968, com a promulgação do AI-5. Esse ato institucional conferiu ao presidente poderes extraordinários, permitindo o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão de habeas corpus para crimes políticos e a censura prévia dos meios de comunicação. O AI-5 instaurou um estado de exceção, no qual qualquer forma de oposição ao regime poderia ser sufocada sem recurso legal.

A radicalização das lideranças estudantis gerou a ocupação de prédios universitários por todo o país, em protesto contra as políticas da ditadura, levando ao enfrentamento com a polícia e com grupos de direita, a exemplo da chamada Batalha da Maria Antônia, em São Paulo (outubro de 1968) (Motta, 2018, p. 200).

A promulgação do AI-5 intensificou a repressão e criou um ambiente de medo e incerteza, mas também radicalizou uma parte dos movimentos de resistência. Em resposta à violência do regime e à impossibilidade de resistência pacífica, diversos grupos guerrilheiros e de resistência armada emergiram, buscando derrubar o governo militar e instaurar um regime socialista. Inspirados por movimentos de guerrilha em outras partes da América Latina, como a Revolução Cubana, esses grupos viam na luta armada a única forma viável de resistência contra a ditadura.

Entre os grupos guerrilheiros que se destacaram estavam a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A ALN, liderada por Carlos Marighella, foi um dos principais grupos de resistência armada contra o regime militar. Marighella, um ex-deputado federal e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), rompeu com o PCB devido às divergências

sobre a estratégia de luta contra a ditadura. Ele acreditava que a luta armada era a única forma eficaz de derrubar o regime militar e promover a revolução socialista no Brasil.

A ALN realizou uma série de ações armadas que incluíam assaltos a bancos, sequestros de diplomatas estrangeiros e ataques a instalações militares e governamentais. Essas ações tinham como objetivo financiar as atividades do grupo, libertar presos políticos e criar um clima de instabilidade que pudesse mobilizar a população contra o regime. A ALN também buscava inspirar outros grupos e movimentos a se engajarem na luta armada, criando uma frente unida de resistência contra a ditadura.

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), por sua vez, surgiu a partir de uma dissidência do PCB, compartilhando a mesma convicção de que a luta armada era necessária para combater o regime militar. O nome MR-8 foi adotado em homenagem à data da captura de Che Guevara na Bolívia, símbolo de resistência revolucionária na América Latina. O MR-8 ganhou notoriedade internacional em 1969, quando participou do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em parceria com a ALN. Esse sequestro teve como objetivo forçar o governo militar a libertar 15 presos políticos, ação que obteve sucesso e destacou a determinação e a capacidade organizativa dos guerrilheiros.

Entre os grupos de esquerda atuantes durante o período da ditadura militar, podemos considerar que o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) ocupa um lugar de destaque. Para além de ter sido uma das principais organizações a pegar em armas contra o regime, o MR-8 talvez tenha sido um dos poucos coletivos a sobreviver, reinventar-se, e continuar a sua luta contra a ditadura após o massacre causado pela repressão aos grupamentos voltados à luta armada. O MR-8, dessa forma, passou por todas as fases do regime militar, e sua atuação se transformou em meio às novas conjunturas (Athaydes, 2022, p. 12).

Além dos grupos guerrilheiros, os movimentos sindicais e sociais também desempenharam um papel crucial na resistência ao regime militar. Esses movimentos foram compostos por trabalhadores, camponeses, intelectuais e estudantes que se organizaram para lutar por melhores condições de trabalho, reforma agrária, e direitos sociais e políticos.

Os movimentos sindicais, em particular, enfrentaram uma repressão severa. Após o golpe de 1964, muitos sindicatos foram colocados sob intervenção estatal, e seus líderes foram presos ou exilados. No entanto, alguns sindicatos conseguiram se reorganizar na clandestinidade, continuando a luta por melhores condições de trabalho e direitos laborais. Entre os expoentes desses movimentos destacam-se nomes como Luís Inácio Lula da Silva, que, apesar de sua liderança sindical vir a se consolidar na década de 1970, começou a despontar no final dos anos 60 como uma figura importante

no movimento operário, e Apolônio de Carvalho, que foi um dos fundadores da Ação Popular e posteriormente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Outro expoente importante foi Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, movimento que lutava pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas foram alvo de intensa repressão, mas seu legado de resistência inspirou outros movimentos sociais e sindicais que surgiram nas décadas seguintes.

No campo dos movimentos estudantis, além dos líderes já mencionados, destacou-se também Honestino Guimarães, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), que se tornou um símbolo da luta estudantil contra a ditadura. Guimarães foi preso e desapareceu em 1973, tornando-se um dos inúmeros casos de desaparecidos políticos do período.

Logo de início, destacaram-se a profundidade e o furor da repressão política, em particular contra o Trabalhismo e outras organizações de esquerda. Os sindicatos trabalhistas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Universidade, bem como jornais e rádios, tiveram suas sedes ocupadas (Silva, 2016, p. 554).

A luta armada, embora tenha representado uma forma extrema de resistência ao regime militar, também gerou debates acalorados sobre suas implicações éticas e políticas. Por um lado, os guerrilheiros eram vistos como heróis que lutavam pela liberdade e justiça social; por outro, suas ações armadas foram criticadas por causar insegurança e justificar a repressão estatal. A violência de ambos os lados aprofundou as divisões na sociedade brasileira, deixando um legado de trauma e polarização.

A conjuntura de 1968 e a subsequente luta armada no Brasil refletem um período de intensa confrontação e resistência contra um regime autoritário que negava as liberdades básicas e os direitos humanos. A análise crítica desse período deve reconhecer tanto a coragem dos que resistiram quanto as consequências trágicas da repressão e da violência que substituíram os debates sobre democracia, direitos humanos e justiça social no país.

O Golpe Militar de 1964 é um evento chave na história contemporânea do Brasil, marcando o início de um regime autoritário que perduraria por duas décadas. Esse golpe resultou de um contexto de instabilidade política e econômica, exacerbado pelo medo do avanço comunista no país. O regime militar estabelecido após o golpe promoveu uma repressão política intensa, censura e violação sistemática dos direitos humanos, configurando um período de autoritarismo que deixou marcas profundas na sociedade brasileira.

O setor majoritário entre os militares, municiado pelo imperialismo dos EUA, acreditava que o projeto nacionalista poderia significar um primeiro passo para a transição ao socialismo. O apoio do Partido Comunista ao governo João Goulart e o fantasma do comunismo colocavam os militares diante da necessidade de garantir

a defesa da ordem burguesa e do alinhamento com os Estados Unidos. Em sua posse como presidente, em abril de 1964, Humberto Castelo Branco se referia às ações do governo nascido do golpe como um “remédio para os malefícios da extrema esquerda” (Silva, 2020, p. 88).

A instabilidade que precedeu o golpe foi alimentada por uma série de crises econômicas, conflitos sociais e disputas políticas. O governo de João Goulart, com suas políticas reformistas e retórica de aproximação com movimentos de esquerda, gerou temor entre as elites econômicas e setores conservadores, que viam essas medidas como uma ameaça à ordem estabelecida e à propriedade privada. O medo de uma guinada comunista, influenciado pelo contexto da Guerra Fria e pela Revolução Cubana, serviu como justificativa para a intervenção militar. Com o apoio de setores empresariais, da mídia e até de potências estrangeiras, os militares tomaram o poder em um movimento que prometia restaurar a ordem e a estabilidade.

Uma vez no poder, os militares estruturaram um regime autoritário centrado no fortalecimento do poder executivo e na suspensão de direitos políticos e civis. A Constituição foi alterada para permitir a repressão de opositores e a censura da imprensa, enquanto o Congresso Nacional foi progressivamente esvaziado de seu poder. A criação de Atos Institucionais, particularmente o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) em 1968, conferiu ao regime poderes quase ilimitados, permitindo a prisão sem julgamento, a cassação de mandatos e a suspensão de direitos civis. Esse aparato legal consolidou um estado de exceção permanente, no qual a violação dos direitos humanos se tornou rotina.

“Revolução” foi o nome que, em 31 de março de 1964, os militares deram à deposição do presidente da República eleito como vice pelo voto direto e alçado ao cargo pela renúncia do vencedor seis meses após sua posse. Em 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi o instrumento a que os militares recorreram para acabar de uma vez por todas com as liberdades fundamentais e colocar o país num período sombrio e cinzento. “Brasil grande potência” foi o nome por eles dado a uma programação econômica que se converteu em sorvete ao sol após o fracasso do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), o mais ambicioso do regime militar. Tendo como um de seus principais objetivos a expansão do setor petroquímico, os autores do II PNB subestimaram os choques do petróleo ocorridos entre 1972 e 1978 e o resultado foi a erosão das condições de permanência dos militares à frente do poder (Faria, 2023, p. 1).

O AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, foi o mais draconiano dos atos institucionais e simboliza o auge da repressão durante o regime militar. Com o AI-5, o presidente da República adquiriu poderes extraordinários, incluindo o poder de fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras de vereadores, sempre que julgasse necessário. Também permitiu ao governo decretar intervenção nos estados e municípios, sem qualquer limitação constitucional. Os

direitos de habeas corpus foram suspensos para crimes políticos e contra a segurança nacional, o que significava que qualquer pessoa poderia ser presa sem necessidade de justificativa ou julgamento.

O caráter draconiano do AI-5 gerou dissensões com aliados da ditadura que preferiam um regime autoritário moderado, compatível com algumas instituições liberais. Como já foi dito, a grande imprensa também recebeu mal a nova inflexão autoritária da ditadura. Além de discordarem da necessidade do novo Ato, os controladores da imprensa não desejavam intensificação da censura, o que ocorreu imediatamente, pois militares e policiais foram despachados para as redações para atuarem como censores (Motta, 2018, p. 202).

Além disso, o AI-5 autorizava a censura prévia de jornais, revistas, livros, peças teatrais e qualquer outro meio de comunicação. Esta medida tinha como objetivo sufocar qualquer forma de oposição e crítica ao regime, garantindo o controle absoluto da informação. A censura tornou-se um instrumento de controle não apenas político, mas também cultural, afetando a produção artística e intelectual no Brasil.

O AI-5 também teve um impacto devastador sobre os direitos civis e políticos. Centenas de parlamentares, prefeitos, governadores, professores universitários e outros cidadãos considerados subversivos ou adversários do regime foram cassados e afastados de suas funções. As universidades, que eram centros de resistência e contestação ao regime, sofreram intervenções severas, com professores e alunos sendo perseguidos, presos e, em muitos casos, exilados. A liberdade de reunião e manifestação foi duramente restringida, e qualquer forma de protesto ou mobilização social era rapidamente reprimida pelas forças de segurança.

O Ato Institucional no 5 conferia ao presidente da República poderes praticamente ilimitados. Embora o primeiro artigo afiançasse a manutenção da Constituição de 1967, nos artigos seguintes ficava evidente que a Carta passava a submeter-se à vontade do Poder Executivo. O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos, censurar a imprensa e decretar estado de sítio. Além disso, ficava suspensa a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para retomar o expurgo do serviço público iniciado em 1964, mais uma vez foi decretada a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. O governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público, sem necessidade de processo ou inquérito regular (Motta, 2018, p. 202).

O regime autoritário também implementou políticas econômicas de controle estatal, buscando promover o crescimento econômico através de um modelo controlador. Projetos de infraestrutura de grande escala e a criação de empresas estatais foram marcas desse período, visando modernizar a economia brasileira e assegurar a segurança nacional. No entanto, essas políticas frequentemente negligenciaram os direitos dos trabalhadores e das populações mais pobres, exacerbando desigualdades

sociais e regionais. A concentração de riqueza e o crescimento econômico não foram distribuídos de maneira equitativa, beneficiando principalmente as elites e os setores mais próximos ao poder militar.

Além disso, a repressão política teve consequências devastadoras para a sociedade civil. Movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos foram duramente reprimidos, com líderes sendo presos, torturados, assassinados ou exilados. A censura sufocou a liberdade de expressão, e a cultura brasileira sofreu com a perseguição de artistas e intelectuais críticos ao regime. Esse ambiente de medo e controle teve um efeito duradouro sobre a política e a sociedade brasileira, criando um legado de desconfiança nas instituições e de enfraquecimento da sociedade civil organizada, “evidentemente, outro aspecto chave na caracterização do AI-5 como um marco é a violência repressiva, que aumentou exponencialmente após dezembro de 1968, como é visível nos registros de mortos, torturados, desaparecidos etc.” (Motta, 2018, p. 197).

Um ponto de análise crucial e controverso é a tentativa, por parte de alguns setores, de construir uma narrativa de que não ocorreu um golpe militar em 1964, mas sim uma “intervenção” necessária para afastar a ameaça comunista. Essa interpretação é profundamente equivocada e perigosa, pois busca justificar um ato de ruptura democrática sob o pretexto de preservar a ordem e a segurança nacional. Tal narrativa ignora as evidências históricas consagradas de que o golpe foi um movimento planejado e executado para interromper um governo constitucional e impor um regime autoritário que suprimiu liberdades civis, perseguiu opositores políticos e censurou a imprensa. A promoção dessa visão distorcida serve não apenas para reescrever a história, mas deslegitimar e enfraquecer as instituições democráticas, rompendo o seu equilíbrio e também para deslegitimar as lutas daqueles que sofreram sob a repressão do regime militar e que batalharam pela redemocratização do país.

O tensionamento provocado pelo avanço da crise do governo Bolsonaro colocou novamente no debate político a ideia de um possível golpe. Bolsonaro, cada vez mais acuado pelas fissuras em seu governo e pelas tensões com o Judiciário e mesmo com o Legislativo, estaria colocando no horizonte a possibilidade de um a “ruptura institucional”, se destaca diante de uma declaração nesse sentido de um de seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro. Além disso, não é incomum que os apoiadores de Bolsonaro defendam a ideia de uma “intervenção militar (Silva, 2020, p. 2).

Além disso, essa tentativa de revisionismo histórico contribui para o perigoso flerte de setores da sociedade com posturas, doutrinas e entendimentos fascistas. As consequências do regime autoritário perduram até hoje, com esses grupos buscando reviver e justificar práticas repressivas e antidemocráticas, ameaçando a democracia brasileira. O legado do AI-5 e do regime militar continua

a influenciar negativamente a política e a sociedade, alimentando discursos que promovem a intolerância, a exclusão e a violência contra opositores políticos e minorias.

Uma visão crítica progressista sobre o regime militar deve reconhecer não apenas os aspectos repressivos e autoritários, mas também a maneira como essas políticas perpetuaram e ampliaram desigualdades sociais e econômicas. O desenvolvimento econômico promovido pelo regime foi alcançado à custa de enormes sacrifícios humanos e sociais. A falta de participação democrática e a repressão violenta deixaram cicatrizes profundas que ainda influenciam a política e a sociedade brasileira. A transição para a democracia nos anos 1980, embora significativa, não conseguiu resolver todas essas questões, e muitos dos legados do período autoritário ainda precisam ser enfrentados de maneira decisiva.

Portanto, a análise do golpe de 1964 e do regime militar que se seguiu é fundamental não somente para se compreender as dinâmicas de poder e as estruturas sociais que continuam a influenciar o Brasil contemporâneo, mas para obtermos a clareza necessária para reconhecer as injustiças e os erros do passado. Isso é um passo crucial para construir um futuro mais crítico, democrático, inclusivo e justo.

Com o fim da Guerra Fria, o cenário internacional passou por uma reconfiguração significativa, marcada pelo colapso do bloco soviético e pela ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica. Neste contexto, o Brasil, assim como muitas outras nações emergentes, enfrentou uma série de novos desafios e oportunidades. A transição para um mundo unipolar e a crescente globalização exigiram que o país adaptasse suas políticas externas e internas para se posicionar de maneira relevante na nova ordem mundial.

A queda da União Soviética em 1991 deixou o Brasil sem um importante contrapeso ideológico e o inseriu em um mundo dominado pela lógica do mercado global e do neoliberalismo. Esse período exigiu uma reformulação das estratégias de política externa do país, que passaram a enfatizar a integração econômica e a inserção competitiva no mercado global. Durante a década de 1990, a política externa brasileira foi marcada por um pragmatismo econômico, buscando atrair investimentos estrangeiros e abrir mercados para os produtos brasileiros.

O cenário político atual é bastante diferente, a começar pelo fim da Guerra Fria. Mesmo que existam fissuras e disputas internacionais, não existe uma polarização semelhante à que marcou os embates entre Estados Unidos e União Soviética. Mesmo que a burguesia identifique certa “instabilidade civil” em diferentes partes do mundo, especialmente por mobilizações em diversos continentes ocorridas em 2019, elas se dão a partir de diferentes perspectivas e programas e não possuem uma

direção centralizada, como a Internacional Comunista ou outras articulações internacionais do século XX (Silva, 2020, p. 89).

Internamente, o Brasil adotou uma série de reformas econômicas para modernizar a economia e aumentar sua competitividade internacional. O governo de Fernando Collor de Mello, que assumiu a presidência em 1990, iniciou um programa agressivo de liberalização econômica, desregulamentação e privatização de empresas estatais. Essas reformas foram continuadas e aprofundadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que implementou o Plano Real em 1994, estabilizando a economia e controlando a hiperinflação que assolava o país na década anterior.

Essas políticas neoliberais, embora eficazes em promover o crescimento econômico, também geraram críticas significativas. A abertura econômica e as privatizações atraíram investimentos estrangeiros e modernizaram setores importantes da economia, mas também exacerbaram desigualdades sociais e regionais. O aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho foram algumas das consequências negativas dessas reformas. Em 1995, a taxa de desemprego atingiu 8,6% (IBGE, 1995), e a informalidade no mercado de trabalho aumentou substancialmente. Além disso, a dependência de capital estrangeiro deixou a economia brasileira vulnerável a crises financeiras internacionais, como a crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 marcou uma mudança significativa na política brasileira. Lula trouxe uma nova abordagem à política externa, combinando pragmatismo econômico com um foco renovado em questões sociais e de desenvolvimento. Sob Lula, o Brasil buscou diversificar suas parcerias internacionais, fortalecendo os laços com países da África, Ásia e Oriente Médio, e promovendo uma agenda de cooperação Sul-Sul. Internamente, os programas de inclusão social e redistribuição de renda, como o Bolsa Família, ajudaram a tirar milhões de brasileiros da pobreza e reduzir a desigualdade. Entre 2003 e 2010, cerca de 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema (IPEA, 2011).

No entanto, uma análise crítica revela que, apesar dos avanços, as políticas de emancipação dos pobres careciam de sustentabilidade a longo prazo. Enquanto os programas de transferência de renda foram eficazes em aliviar a pobreza imediata, faltou um investimento robusto em educação, ciência e tecnologia, áreas essenciais para a emancipação sustentável e a construção de um futuro mais igualitário. O fortalecimento dessas áreas teria permitido uma maior inclusão produtiva e a formação de uma força de trabalho mais qualificada, capaz de competir em um mercado globalizado.

O governo de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, enfrentou desafios econômicos significativos. A condução econômica de seu governo foi marcada por intervenções no mercado,

subsídios a setores específicos e tentativas de controlar a inflação através de medidas de curto prazo. Essas políticas, embora bem-intencionadas, falharam em estabilizar a economia e promover um crescimento sustentável. A combinação de políticas fiscais expansivas com controle de preços levou a um desequilíbrio macroeconômico, resultando em aumento da inflação, queda de investimentos e recessão econômica. Entre 2011 e 2014, a taxa de crescimento do PIB caiu de 3,9% para 0,5% (IBGE, 2014), e a crise política e econômica que se seguiu culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, deixando o país em uma situação de profunda incerteza.

O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência trouxe novas esperanças para muitos, mas também levantou críticas sobre suas prioridades políticas. O atual governo tem focado significativamente em agendas internacionais, buscando reestabelecer o papel do Brasil como um líder global em fóruns multilaterais e iniciativas de cooperação internacional. No entanto, essa ênfase na política externa tem sido criticada por alguns setores da sociedade, que veem uma negligência das questões internas urgentes. Uma das principais críticas ao governo atual é a percepção de que a presidência tem sido terceirizada a Fernando Haddad, o atual Ministro da Fazenda, enquanto Lula se dedica a assuntos internacionais. Essa delegação de responsabilidades, embora prática em alguns aspectos, tem levado a uma falta de prioridade em áreas cruciais como educação, ciência e tecnologia. Esses setores continuam subfinanciados, comprometendo o desenvolvimento a longo prazo do país e sua capacidade de inovar e competir globalmente.

Além disso, a crítica de que 30% do PIB do Brasil é entregue aos bancos reflete uma preocupação com o peso da dívida pública e o custo dos juros no orçamento nacional. Essa situação limita a capacidade do governo de investir em infraestrutura, serviços públicos e programas sociais que são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades. A dependência do sistema financeiro e a falta de uma política econômica mais equilibrada e inclusiva são vistas como obstáculos significativos para a construção de um futuro mais próspero e justo para todos os brasileiros.

A análise crítica do Brasil no contexto da nova ordem mundial revela um país que, apesar dos avanços e das realizações, continua a enfrentar desafios estruturais profundos. As desigualdades sociais e regionais, a vulnerabilidade econômica e a instabilidade política são questões que ainda precisam ser resolvidas para que o Brasil possa alcançar seu potencial pleno como um ator global. A trajetória do Brasil nas últimas décadas mostra a complexidade de se adaptar a um mundo em constante mudança, no qual as oportunidades e os desafios estão intrinsecamente ligados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo é relevante para a compreensão das dinâmicas de poder e desenvolvimento no Brasil abordou a Revolução de 1930 e a subsequente Era Vargas, destacando como esses eventos redefiniram o Estado brasileiro através de políticas de centralização administrativa, populismo e desenvolvimentismo. Durante a Era Vargas, o Brasil passou por profundas transformações políticas e econômicas. A centralização do poder e a promoção da industrialização estatal foram medidas que visavam modernizar o país. Getúlio Vargas, com sua habilidade política, implementou uma série de reformas que transformaram o cenário brasileiro, promovendo a industrialização e criando uma nova ordem política e social. No entanto, essas políticas também consolidaram uma relação de dependência entre o Estado e os trabalhadores, limitando a autonomia dos movimentos sindicais e exacerbando desigualdades regionais. A centralização administrativa foi fundamental para reduzir a fragmentação política que marcava a Primeira República, permitindo ao governo federal exercer um controle mais eficaz sobre os estados e municípios, harmonizando as políticas públicas e promovendo uma agenda de desenvolvimento nacional.

A análise do golpe militar de 1964 e do regime autoritário que se seguiu revelou as graves violações de direitos humanos e a repressão política que marcaram esse período. O AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, simbolizou o auge da repressão, permitindo ao regime militar exercer um controle quase total sobre a sociedade. Com o AI-5, o presidente da República adquiriu poderes extraordinários, incluindo o poder de fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras de vereadores, sempre que julgasse necessário. Também permitiu ao governo decretar intervenção nos estados e municípios, sem qualquer limitação constitucional. Os direitos de habeas corpus foram suspensos para crimes políticos e contra a segurança nacional, o que significava que qualquer pessoa poderia ser presa sem necessidade de justificativa ou julgamento. Os movimentos de resistência, incluindo a luta armada e os movimentos sindicais, foram brutalmente reprimidos, mas também demonstraram a resiliência e a coragem de muitos brasileiros na defesa da democracia e dos direitos humanos.

A fase do "milagre brasileiro", entre 1968 e 1973, foi caracterizada por um rápido crescimento econômico impulsionado por investimentos estatais e estrangeiros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa anual média superior a 10% durante este período. No entanto, esse crescimento também gerou significativas desigualdades sociais e econômicas. Enquanto as elites urbanas e os

setores empresariais se beneficiaram dos investimentos e da modernização, a maior parte da população, especialmente os trabalhadores rurais e urbanos de baixa renda, não experimentou os mesmos benefícios. A concentração de renda aumentou, e as disparidades regionais foram exacerbadas, com o Sul e o Sudeste concentrando a maior parte dos investimentos, enquanto o Norte e o Nordeste permaneceram economicamente marginalizados.

A transição para a democracia na década de 1980 foi um processo complexo, marcado por avanços e retrocessos, culminando na eleição direta de um presidente civil em 1989. A crise econômica que precedeu essa transição foi significativa, com a dívida externa do Brasil alcançando níveis insustentáveis e a inflação ultrapassando 1000% ao ano em meados da década de 1980. O Plano Cruzado, lançado em 1986, foi uma tentativa de estabilizar a economia, mas falhou devido à falta de medidas estruturais e à manipulação política das políticas econômicas. No contexto da nova ordem mundial pós-Guerra Fria, o Brasil enfrentou novos desafios e oportunidades, adotando políticas para se integrar ao mercado global e aumentar sua competitividade internacional.

Com o colapso da União Soviética em 1991, o Brasil perdeu um contrapeso ideológico significativo e viu-se inserido em um mundo dominado pela lógica do mercado global e do neoliberalismo. Esse período exigiu uma reformulação das estratégias de política externa do país, que passaram a enfatizar a integração econômica e a inserção competitiva no mercado global. Durante a década de 1990, a política externa brasileira foi marcada por um pragmatismo econômico, buscando atrair investimentos estrangeiros e abrir mercados para os produtos brasileiros. Internamente, o Brasil adotou uma série de reformas econômicas que visavam modernizar a economia e aumentar sua competitividade internacional. A administração de Fernando Collor de Mello, que assumiu a presidência em 1990, iniciou um programa agressivo de liberalização econômica, desregulamentação e privatização de empresas estatais. Essas reformas foram continuadas e aprofundadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que implementou o Plano Real em 1994, estabilizando a economia e controlando a hiperinflação que havia assolado o país na década anterior.

Essas políticas neoliberais, embora eficazes em promover o crescimento econômico, também geraram críticas significativas. A abertura econômica e as privatizações atraíram investimentos estrangeiros e modernizaram setores importantes da economia, mas também exacerbaram desigualdades sociais e regionais. O aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho foram algumas das consequências negativas dessas reformas. Em 1995, a taxa de desemprego atingiu 8,6% (IBGE, 1995), e a informalidade no mercado de trabalho aumentou substancialmente. Além

disso, a dependência de capital estrangeiro deixou a economia brasileira vulnerável a crises financeiras internacionais, como a crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 marcou uma mudança significativa na política brasileira. Lula trouxe uma nova abordagem à política externa, combinando pragmatismo econômico com um foco renovado em questões sociais e de desenvolvimento. Sob Lula, o Brasil buscou diversificar suas parcerias internacionais, fortalecendo os laços com países da África, Ásia e Oriente Médio, e promovendo uma agenda de cooperação Sul-Sul. Internamente, os programas de inclusão social e redistribuição de renda, como o Bolsa Família, ajudaram a tirar milhões de brasileiros da pobreza e reduzir a desigualdade. Entre 2003 e 2010, cerca de 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema (IPEA, 2011). No entanto, uma análise crítica revela que, apesar dos avanços, as políticas de emancipação dos pobres careciam de sustentabilidade a longo prazo. Enquanto os programas de transferência de renda foram eficazes em aliviar a pobreza imediata, faltou um investimento robusto em educação, ciência e tecnologia, áreas essenciais para a emancipação sustentável e a construção de um futuro mais igualitário. O fortalecimento dessas áreas teria permitido uma maior inclusão produtiva e a formação de uma força de trabalho mais qualificada, capaz de competir em um mercado globalizado.

O governo de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, enfrentou desafios econômicos significativos. A condução econômica de seu governo foi marcada por intervenções no mercado, subsídios a setores específicos e tentativas de controlar a inflação através de medidas de curto prazo. Essas políticas, embora bem-intencionadas, falharam em estabilizar a economia e promover um crescimento sustentável. A combinação de políticas fiscais expansivas com controle de preços levou a um desequilíbrio macroeconômico, resultando em aumento da inflação, queda de investimentos e recessão econômica. Entre 2011 e 2014, a taxa de crescimento do PIB caiu de 3,9% para 0,5% (IBGE, 2014), e a crise política e econômica que se seguiu culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, deixando o país em uma situação de profunda incerteza.

O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência trouxe novas esperanças para muitos, mas também levantou críticas sobre suas prioridades políticas. O atual governo tem focado significativamente em agendas internacionais, buscando reestabelecer o papel do Brasil como um líder global em fóruns multilaterais e iniciativas de cooperação internacional. No entanto, essa ênfase na política externa tem sido criticada por alguns setores da sociedade, que veem uma negligência das questões internas urgentes. Uma das principais críticas ao governo atual é a percepção de que a presidência tem sido terceirizada a Fernando Haddad, o atual Ministro da Fazenda, enquanto Lula se

dedica a assuntos internacionais. Essa delegação de responsabilidades, embora prática em alguns aspectos, tem levado a uma falta de prioridade em áreas cruciais como educação, ciência e tecnologia. Esses setores continuam subfinanciados, comprometendo o desenvolvimento a longo prazo do país e sua capacidade de inovar e competir globalmente.

Além disso, a crítica de que 30% do PIB do Brasil é entregue aos bancos reflete uma preocupação com o peso da dívida pública e o custo dos juros no orçamento nacional. Essa situação limita a capacidade do governo de investir em infraestrutura, serviços públicos e programas sociais que são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades. A dependência do sistema financeiro e a falta de uma política econômica mais equilibrada e inclusiva são vistas como obstáculos significativos para a construção de um futuro mais próspero e justo para todos os brasileiros.

A análise crítica do Brasil no contexto da nova ordem mundial revela um país que, apesar dos avanços e das realizações, continua a enfrentar desafios estruturais profundos. As desigualdades sociais e regionais, a vulnerabilidade econômica e a instabilidade política são questões que ainda precisam ser resolvidas para que o Brasil possa alcançar seu potencial pleno como um ator global. A trajetória do Brasil nas últimas décadas mostra a complexidade de se adaptar a um mundo em constante mudança, onde as oportunidades e os desafios estão intrinsecamente ligados.

REFERÊNCIAS

ATHAYDES, Jefferson Godoy. **O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8):** da luta pelas liberdades democráticas à construção da frente nacional democrática e popular (1972-1982). 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

SILVA, Michel Goulart da. O fantasma do golpe na atualidade. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 4, p. 86-89, 2020.

FARIA, José Eduardo. **Do golpe de 64 à aventura bolsonarista.** JOTA, 2023.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SILVA, Francisco Bento da. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano: 1921-1964**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 527-556.

Data de submissão: 27/01/2025

Data de aprovação: 31/03/2025